

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE, CONHECIMENTO E FORMAÇÃO HUMANA

Laiza Suelen Barroso Campos *
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro **
Frank Antonio Mezzomo ***

Resumo: A pesquisa discute as representações de jovens universitários acerca da política, buscando compreender as múltiplas relações e influências que envolvem estes sujeitos – diversas e, por vezes, desiguais –, destacando-se a relevância de pensá-los a partir de um olhar multidimensional. Investigamos as representações políticas e das formas de participação, a partir da compreensão de jovens licenciandos da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de Campo Mourão. Os dados foram produzidos a partir de questionário online com questões abertas e fechadas versando sobre o perfil socioeconômico, as compreensões sobre política, contribuições do curso de Graduação, entre outros. Os dados foram analisados a partir dos seguintes eixos: sociedade e sistema de governo; papel do conhecimento científico; formação humana e alteridade, os quais possibilitaram um olhar para as representações políticas dos participantes. Os resultados fazem emergir o perfil de uma juventude complexa, plural e dinâmica, em que a inovação, a rebeldia ou a passividade não são necessariamente traços específicos dessa fase da vida, mas possibilidades de vivenciá-la. Diferentemente do que afirmam algumas abordagens sobre a juventude contemporânea, os jovens investigados mostram-se atentos aos acontecimentos políticos e sociais, além de reflexivos e analíticos sobre os fatos vivenciados.

Palavras-chave: Juventude. Participação política. Universidade.

POLITICAL REPRESENTATIONS OF YOUTH UNIVERSITY STUDENTS: REFLECTIONS ON SOCIETY, KNOWLEDGE AND HUMAN FORMATION

Abstract: The research discusses the representations of youth university students about politics, in order to understand the multiple relationships and influences that involve these subjects – diverse and sometimes unequal –, highlighting the relevance of approach them from a multidimensional view. We investigated the political representations and the forms of participation, based on the understanding of young graduate students of the State University of Paraná (Unespar), Campo Mourão Campus. The data were produced from an online questionnaire with open and closed questions about the socioeconomic profile, the understandings about politics, contributions of the Undergraduate course, among others. The data were analyzed from the following axes: society and system of government; role of scientific knowledge; human formation and alterity, which made it possible to look at the political representations of the participants. The results give rise to the profile of a complex, plural and dynamic youth in which innovation, rebellion or passivity are not necessarily specific traits of this phase of life, but possibilities for experiencing it. Contrary to what claim some approaches to contemporary youth, the young people investigated are attentive to political and social events, as well as reflective and analytical about the facts they have experienced.

Keywords: Youth. Political participation. University.

Introdução

A juventude é de diversas formas, e tradicionalmente, tomada como lócus para as transformações sociais. Um exemplo inaugural, ocorrido no Brasil em 2013, foi a grande parcela da população, em sua maioria jovens, que ocupou as ruas das cidades no que começou sendo a reivindicação pelo “passe livre”, contra o aumento nas tarifas de transportes públicos nas principais capitais do país, e acabou se ramificando para outras cidades, ganhando outros contornos, outros objetivos e uma mistura de clamores que envolvia um discurso: contra corrupção, pela reforma política, pela educação, pela saúde, pela segurança, contra a violência policial e, principalmente, contra os exacerbados gastos públicos com a Copa do Mundo, evento esportivo que seria sediado no Brasil no ano seguinte, em 2014. Estas manifestações ficaram, posteriormente, conhecidas como “Jornadas de Junho”, sendo possível afirmar que o país não havia tido grandes manifestações como esta desde 1992, com o movimento conhecido como “Caras Pintadas” que culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello, então presidente do Brasil (PERONDI, 2015).

Em 2016, uma vez mais, parte da juventude se mobilizou. Desta vez, as manifestações tinham como alvo o descontentamento com mandato da presidenta Dilma Rousseff, a administração pública e os escândalos de corrupção que rodeia a política nacional. As mobilizações estavam bem divididas entre os(as) que apoiavam seu mandato e os(as) que eram contra. O resultado – motivado não apenas pelas manifestações, mas também pelas movimentações de agentes políticos do próprio governo, foi o afastamento da presidenta e, posteriormente, seu impeachment.

Neste mesmo ano, em 2016, outro movimento, massivamente juvenil, ganha destaque: as ocupações nas escolas públicas de nível fundamental e médio, assim como nas instituições de Ensino Superior de diversas regiões do país. As dinâmicas de ocupação assumidas pelos dois movimentos, embora com objetivos similares, guardavam algumas particularidades. A ocupação nas escolas públicas de nível fundamental e médio foi organizada por jovens secundaristas, e começou como um ato contra a Medida Provisória 746/2016, que tratava da reforma do Ensino Médio, passando a abordar posteriormente outros problemas que tocam profundamente as escolas públicas brasileiras. Podemos afirmar que esta é a primeira vez que a juventude secundarista assume uma posição protagonista de um movimento social

por reivindicação de direitos, devendo ser ressaltado que a medida de ocupação das escolas foi o último recurso utilizado pelos militantes, já que antes disso houve manifestações e diversas tentativas de diálogo com o governo. Como suas vozes foram abafadas, acabaram por tomar uma medida mais direta e enfática (CORROCHANO, 2016).

Já no caso das ocupações nas universidades, ocorridas na sequência, além do apoio para com a causa das escolas públicas, pautava-se uma série de cortes de verbas, falta de equipamentos e investimentos e também tentativas de diálogo malsucedidas com os governos estaduais. A ocupação foi uma resposta – por parte do corpo discente – às condições de trabalho e de estudo nos campus universitários dos diferentes estados do país, que contou com intensos debates, não só no meio social como também no próprio ambiente acadêmico, sobre a legitimidade de tal ação, primeiramente por conta da suposta influência político-ideológica que os professores(as) poderiam exercer sobre seus estudantes e, por outro lado, pela ocupação ser entendida – por parte dos acadêmicos, professores e funcionários – como um mecanismo ilegal e pouco eficaz de manifestação. Houve ainda parte dos acadêmicos(as) que se mantiveram contrários ao movimento de ocupação nas universidades, por se sentirem prejudicados pela falta de aulas.

Todos estes acontecimentos, que trazem os jovens como principais agentes de mobilização, são fundamentais para a compreensão da atualidade das discussões acerca da participação política da juventude. Jovens que parecem trazer uma cultura política diferenciada do que víamos nas últimas décadas, com uma nova forma de se pensar e fazer política, que não nega os moldes tradicionais de participação, mas que articula novas formas de se pensar (CORROCHANO, 2016). Vale ressaltar que, quando esta juventude passa a ganhar visibilidade e, de certa forma, incomodar – principalmente por problematizar e abalar o *status quo* – acaba sofrendo repressões por inúmeros mecanismos sociais, que tentam desqualificar suas falas. A importância de pensar a articulação entre a juventude e a política oportuniza um olhar para este grupo social e permite evidenciar essas manifestações que tentam ser menosprezadas (MAYORGA, 2017).

Tendo em vista o exposto, o objetivo desse artigo consiste em discutir as representações de jovens universitários acerca da política, buscando compreender as múltiplas relações e influências que envolvem estes sujeitos – diversas e, por vezes, desiguais –, destacando-se, portanto, a relevância de pensá-los a partir de

um olhar multidimensional. Assim, pretendemos investigar as representações acerca da política e das formas de participação, a partir da compreensão de jovens graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de Campo Mourão¹. Para tanto, utilizamos como instrumento para a coleta de dados o *survey* eletrônico (por meio da plataforma *SurveyMonkey*), no qual agregamos questões que possibilitassem perceber o perfil, a trajetória dos(as) jovens nos cursos de graduação e suas compreensões acerca da dimensão política. O questionário ficou organizado com o total de 49 questões, constituído por perguntas abertas, de múltipla escolha e escalas de avaliação.

A pesquisa² foi iniciada no segundo semestre de 2016, período em que o país e o estado do Paraná passavam por certa instabilidade política. Em âmbito nacional, como já apontado, a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) vinha sendo alvo de intensos protestos que culminou com seu afastamento e posterior *impeachment*, levando à posse de seu vice, Michel Temer. Já no Paraná, o momento foi marcado por intensas manifestações contra as medidas governamentais do então governador Beto Richa (PSDB), principalmente no que diz respeito à educação estadual, afetando professores(as) universitários(as) e docentes da rede básica de ensino. Esses acontecimentos atingiram diretamente o cotidiano dos(as) jovens secundaristas e universitários, provocando diversas manifestações e debates. Ademais, tais instabilidades políticas promoveram e evidenciaram tensões, desigualdades e uma pluralidade de concepções acerca de diversas problemáticas sociais, colocando em questão temáticas como cidadania, democracia, economia, instituições, identidades, educação e sistema político/governamental.

Juventudes e participação: considerações iniciais

No campo das Ciências Humanas e Sociais, a categoria juventude vem sendo compreendida de diferentes formas, sendo os(as) jovens ora encarados(as) a partir de uma condição de transitoriedade – tendo na vida adulta o sentido para as suas ações presentes –, ora em uma perspectiva romantizada – proveniente do florescimento, na década de 1960, da indústria cultural voltada para o jovem e que traduz a juventude enquanto um momento de liberdade, prazer e comportamentos exóticos –, ora como um tempo de instabilidade, experimentações, acertos e erros condizente com a noção de uma identidade ainda em construção (DAYRELL, 2003).

Compartilhamos do entendimento de que “não se pode definir sistematicamente aonde começa e aonde termina a juventude” (FERNANDES, 2010, p. 62)³ Ainda que haja especificidades a serem consideradas em relação aos diferentes momentos vividos pelos(as) jovens, não podemos deixar de pensar que os critérios que constituem a juventude são históricos e culturais, ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação (DAYRELL, 2003). Assim, construir uma noção de juventude implica que esta não seja considerada presa a termos rígidos, e sim como um processo que ocorre de modo variado em cada sociedade e tempo histórico determinado. Os(as) jovens são entendidos(as) enquanto sujeitos sociais que constroem seu próprio modo de ser, e daí “a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes” (DAYRELL, 2003, p. 42). Desse modo, não há uma cultura juvenil unitária, e sim culturas juvenis, que apresentam pontos divergentes e convergentes, com pensamentos e ações comuns, porém frequentemente contraditórios entre si, sendo assim compreendida enquanto uma produção de determinada sociedade, que organiza tal objeto de múltiplas formas em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como dinheiro, trabalho, educação, configurando, portanto, a dimensão simbólica da categoria juventude (ABROMOVAY; ESTEVES, 2007).

Neste contexto, investigar a participação do jovem na política implica reconhecer a complexidade de um campo que é multifacetado e ainda pouco discutido (CASTRO, 2016). A relação do jovem com a política não é direta e nem mesmo natural, isto é, não se nasce um sujeito político, torna-se um, na medida em que as experiências de opressão e injustiças são percebidas não como uma ação de responsabilidade do destino, mas sim de determinados grupos e indivíduos. Não significa, certamente, que existam injustiças específicas das quais todos os jovens sofrem, uma vez que se trata, como mencionado, de um grupo heterogêneo, marcado por enormes desigualdades sociais e culturais, o que faz com que nem todos usufruam das mesmas condições, além de dificilmente se perceberem enquanto uma única categoria social que se mobiliza em torno das mesmas causas (CASTRO, 2016).

Na perspectiva de Carrano (2012), uma das características das sociedades contemporâneas está na velocidade das mudanças das quais os jovens são considerados atores-chave, ora sendo beneficiados(as) por elas, ora sofrendo prejuízos e gerando novas contradições e desigualdades sociais. Para o autor,

atualmente, os(as) jovens possuem maior autonomia em relação ao mundo adulto, sendo possível observar uma via de mão dupla entre aquilo que é herdado pelos(as) jovens e aquilo que cada um(a) constrói a partir de seus repertórios culturais. Carrano compreende que um dos processos produtores das identidades contemporâneas está relacionado ao fato dos(as) sujeitos(as) se reconhecerem socialmente a partir de suas diferenças, de modo que uma das tarefas mais importantes das instituições formativas está na possibilidade de contribuir para que os(as) jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais, diluindo-se, assim, o peso da tradição familiar e/ou institucional. A este respeito, a articulação entre a política e a juventude propicia uma redefinição sobre o que é a juventude, retira a juventude da identificação com o que “ainda não é” e passa a pensá-la como o que “virá a ser”, ou seja, as potencialidades que esse seguimento social resguarda (MAYORGA, 2017).

De acordo com Fernandes (2010), os jovens são frequentemente criticados por serem desinteressados pela política, serem imagéticos ou pouco associativos para questões sociais, ao mesmo tempo em que funcionam como uma espécie de “termômetro” da vida social, sendo neles depositadas as “esperanças, ansiedades, e medos de todo o conjunto da sociedade” (2010, p. 69). Por outro lado, “é preciso reconhecer o lugar de subordinação do jovem em nossa sociedade” (MATTOS; MESQUITA, 2013, p. 478), que se dá de diferentes formas e contextos, naturalizando e não problematizando a posição hierarquicamente inferior, tutelada e imatura à qual o jovem está sujeito. Quando se fala em participação do(a) jovem na política numa perspectiva de “dar a voz” a esses sujeitos, tem-se em geral a manutenção de suas posições nos lugares aos quais “pertencem”, de acordo com sua diferença etária, fazendo com que traga em sua condição a possibilidade de perturbação. Precisamente, não se trata de uma escuta que autoriza a voz dos jovens, mas de uma voz que perturba, justamente por não se adequar àquilo que se pretende ouvir (MATTOS; MESQUITA, 2013).

Além disso, é importante ressaltar que, atualmente, as dinâmicas de participação política juvenil evidenciam uma nova roupagem, novas linguagens e novas abordagens. A juventude não está apenas “perturbando a ordem” – ao não se adequar ao que se pretende ouvir – mas está pensando sobre ela, acrescentando novas formas de ação política, que não excluem os modelos tradicionais, isto é, não se restringem a moldes extremamente inovadores, justamente por se tratar de uma

juventude diversa. Entretanto, proporciona mudanças de pensamento e ação política, o que se torna possível, principalmente, após o processo de redemocratização e ampliação do acesso à educação, que garantiu a presença de um número maior e diverso de jovens nas escolas e, conseqüentemente, maior desenvolvimento de uma consciência de direitos, responsabilidades e deveres (CORROCHANO, 2016; MAYORGA, 2017).

No entanto, é válido ponderarmos que, ao investigarmos a relação entre jovens e a política, é importante considerarmos uma perspectiva que não se prenda a visões dicotômicas, pensando os(as) jovens como apáticos(as) demais em relação a política, ou, por outro lado, visualizando-os como inovadores(as), sujeitos(as) da liberdade. Tais visões estereotipadas e polarizadas guardam em si uma armadilha teórica e política impeditiva de refletir sobre as juventudes a partir de uma perspectiva de processo e de complexidade (MAYORGA, 2013). Além disso, estudos que partem de tal perspectiva tendem a individualizar o discurso acerca das juventudes e/ou a pensar a sociedade numa perspectiva individualizada, o que prejudica o entendimento da relação entre indivíduo e sociedade. Conforme Mayorga:

Indagar acerca da relação entre juventude e política exige a superação dessa perspectiva dicotomizada, pois tal indagação polarizada, de que o olhar dos pesquisadores esteja voltado à dinâmica e ao processo da relação entre juventude e política com foco nas *interações* e não nas *partes*. (MAYORGA, 2013, p. 345).

Tais considerações contribuem para o reconhecimento da juventude como um campo plural e dinâmico, que precisa ser pensado a partir de diversas perspectivas e de um tempo e espaço históricos demarcados. Assim, com base nas considerações trazidas anteriormente, buscamos investigar as relações entre as juventudes e a dimensão política, expressando a complexidade de seus entendimentos e de suas manifestações acerca do assunto.

Juventude universitária e suas representações políticas

Participaram da investigação um total de 47 acadêmicos(as), estudantes dos terceiros anos dos cursos de licenciatura da Unespar, Câmpus de Campo Mourão⁴, sendo 9 (19,14%) correspondentes ao curso de História; 8 (17,02%) ao curso de

Geografia; e 30 (63,82%) ao curso de Pedagogia. A maioria dos(as) jovens (40) encontra-se nas idades entre 20 e 23 anos, são, expressivamente, do sexo feminino (37 / 78,72%) e de cor/etnia branca (25 / 53,19%), enquanto que 10 participantes (21,27%) são do sexo masculino e, ainda, 17 (36,17%) autodeclararam-se pardos(as), 3 (6,38%) negros(as) e 2 (4,25%) amarelos(as).

No que concerne à renda familiar, nota-se que a maioria dos(as) participantes correspondem às classes C e D, de acordo com a classificação dada pelo IBGE, sendo que 43 estudantes (91,48%) possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos. Constatamos ainda que 15 jovens (31,91%) trabalham com carteira assinada; 15 (31,91%) recebem bolsa de projeto vinculado à universidade; 8 (17,02%) trabalham sem carteira assinada e 8 (17,02%) realizam estágio remunerado. Todavia, 6 (12,76%) dos universitários não trabalham e estão à procura de emprego; 18 (38,29%) declaram trabalhar, mas recebem ao mesmo tempo ajuda financeira da família; 15 (31,91%) recebem o apoio do pai; 13 (27,65%) o apoio da mãe e 34 (72,34%) sustentam-se com recursos próprios.

Para essa discussão, partimos da análise das questões abertas do instrumento aplicado⁵. Em cada uma das questões, as respostas de todos os participantes foram lidas e organizadas em categorias e subcategorias de análise, que expressam a compreensão dos jovens participantes. Pudemos identificar algumas temáticas recorrentes e que se evidenciaram como mais relevantes nas representações construídas pelos jovens acerca da dimensão política. Neste texto, optamos por apresentar e discutir três dessas temáticas, apresentadas a seguir:

a) *Sociedade e sistema de governo*: agregam as compreensões dos jovens que enfatizam questões relacionadas à organização social, ao sistema governamental e, principalmente, às estruturas estatais e econômicas, isto é, o modelo de governo, os políticos corruptos e o capitalismo. A principal manifestação dos participantes, neste caso, está relacionada às questões concernentes às desigualdades, ressaltando ainda algumas queixas em relação às mídias e novas formas de tecnologia.

b) *O papel do conhecimento científico*: neste eixo, os jovens trazem o pensamento científico (maior confiabilidade e esclarecimento) em oposição ao senso comum, sendo que os(as) participantes apontam que o contato com o ambiente universitário serviu para mudar suas concepções acerca de várias situações do cotidiano e, principalmente, no que diz respeito à forma de compreender a política e as relações sociais.

c) *Formação humana e alteridade*: os participantes apontam para as desigualdades a que os indivíduos estão sujeitos durante suas trajetórias e que podem interferir em sua formação pessoal. Assim, questionam algumas premissas da modernidade, como o individualismo, e apresentam posições de reconhecimento das diferenças e da importância de estabelecer o respeito nas relações sociais.

É importante ressaltar que os eixos de análise aqui construídos não são categorias fechadas, e que os(as) participantes apresentam respostas complexas que mesclam uma diversidade de temáticas, que devem ser vistas de modo inter-relacionado. Assim, o que orientou a divisão dos eixos foi a maior proximidade com a temática para a qual a resposta foi direcionada.

Sociedade e sistema de governo

Para a discussão deste eixo, ressaltamos primeiramente que há, nas compreensões expressas pelos jovens, uma mescla de problematizações e descontentamentos acerca da organização social e política, em especial questionando o sistema de governo, as desigualdades sociais de acesso aos recursos e oportunidades e o capitalismo. A desigualdade é o apontamento que mais aparece em todas as temáticas, ora em relação ao sistema econômico e à distribuição de recursos, ora em relação à formação humana – que é percebida por alguns(as) participantes como desigual ou que reforça algum tipo de desigualdade –, ora no reconhecimento da necessidade de políticas públicas que possam sanar tais discrepâncias. Nesse sentido, destacamos algumas respostas que ilustram essa preocupação: Carmen (20 anos, Pedagogia)⁶ “acabaria com a fome e miséria mundo, transformando o mundo em um lugar sem tantas desigualdades sociais”; Carolina (29 anos, Pedagogia) acredita que “é necessário um olhar mais profundo para a camada social menos favorecida”. Já Vitor (20 anos, Geografia) “tornaria o Brasil um país desenvolvido, sem desigualdades sociais como existem hoje em nossa realidade”.

Milton (20 anos, Geografia) acredita que, para mudar o sistema político, seria necessário um “governo que colocasse a educação, a saúde, a segurança e a tecnologia como princípios fundamentais para o desenvolvimento de um país”. Beatriz (22 anos, Pedagogia) “mudaria as formas de políticas” e Maria (20 anos, História) declara que se “eu conseguisse pensar em alguma reforma política total que fosse suficiente para corrigir os erros, suprir e atender com mais urgência as

demandas das camadas sociais mais necessitadas, com certeza seria essa a mudança que eu queria”. Assim, para esses jovens, o bom funcionamento de uma sociedade/país parece depender das demandas evidenciadas, que se vinculam diretamente ao cotidiano dos participantes. Algumas pesquisas apontam que estas demandas passaram a ganhar maior visibilidade e serem problematizadas pelos jovens após as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, mencionada anteriormente, e que foi em grande medida protagonizada pelas juventudes, especialmente por estudantes universitários(as) e secundaristas (MAYORGA, 2017; CASTRO, 2015). Neste movimento, que levou milhões de pessoas às ruas das principais cidades brasileiras, os inúmeros cartazes escritos à mão mostravam a diversidade de pensamentos e posicionamentos, ao passo que evidenciava a ausência de lideranças de movimentos sociais, conduzindo a novas formas de ação e participação sociopolítica (MOREIRA; SANTIAGO, 2013).

Ainda a este respeito, é importante refletirmos sobre o contexto latino-americano, no qual o Brasil está inserido, cujos países vivenciam, dentre outros fatores, uma situação política muito semelhante, principalmente em relação à democracia, que também é uma das demandas dos(as) jovens. Nesse sentido, Carolina (29 anos, Pedagogia) destaca que “começaria mudando a constituição, para uma que seja democrática e não contraditória”. Segundo Kliksberg (2006), os jovens da atualidade nasceram em uma América Latina concreta, das décadas de 1980 e 1990, marcados por enormes transformações políticas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais. O autor completa que, para juventudes que vivenciaram momentos tão contraditórios, como o desenvolvimento de uma democracia, o aumento da pobreza e enormes desigualdades sociais, há de se considerar diferentes circuitos da vida juvenis. Desse modo, quando tratamos da conjuntura social, política e econômica na qual os(as) jovens brasileiros(as) estão inseridos, entender o contexto da América Latina torna-se um movimento relevante, e implica a reflexão de que estamos inseridos(as) em um cenário marcado por enormes desigualdades, injustiças, discriminações, reivindicações por igualdade de direitos e acesso a bens e serviços, além de uma realidade histórica marcada pela negação física e simbólica dos(as) “outros” dentro de um contexto de extrema diversidade (CANDAU; RUSSO, 2010).

Os(as) participantes também apresentam uma reflexão sobre o sistema e a sociedade e, principalmente, apresentam as mudanças em suas percepções

proporcionadas pelo curso de graduação. Novamente, a insatisfação com o capitalismo e as injustiças/desigualdades aparecem em destaque nas respostas dos(as) jovens. A problemática do capitalismo parece ser o cerne dos apontamentos dos(as) participantes, principalmente na relação entre o referido sistema e as desigualdades e injustiças. Os trechos a seguir evidenciam essa compreensão:

Compreendo hoje a sociedade como ela realmente é. Entendo agora como se estrutura toda a ordem social dentro da Sociedade Capitalista, assim como, passei a me reconhecer enquanto sujeito da Classe Trabalhadora, que tem o Estado Burguês como seu maior "inimigo" (Carlos, 21 anos, Pedagogia).

Ampliou-se a minha forma de enxergar como a sociedade se desenvolveu mediante aos anos, como o capitalismo se sobrepõe as pessoas de baixa classe social, como algumas pessoas precisam conhecer mais sobre o desenvolver das crianças e jovens, para que não se cometa mais erros ou violência (Bianca, 23 anos, Pedagogia).

O capital está acima de qualquer coisa (Beatriz, 22 anos, Pedagogia).

A causa das grandes tensões a respeito do capitalismo e das desigualdades pode estar no fato de que o Estado não pode negar a igualdade como valor central no pacto político, ao passo que o capitalismo precisa de dinamismo e liberdade econômica. Vencer este conflito é um dos grandes desafios para a democracia e, em especial, para os países latino-americanos, que vivenciam tais desigualdades de forma mais intensa e de diversas maneiras. Além disso, é preciso observar que o modo de produção capitalista é organizado em busca de lucratividade, tendo toda a atividade produtiva justificada pela capacidade de gerar lucros, em que o trabalhador é submetido a um processo de exaustão e insegurança (CERVI; COSTA; MANDALOZZO, 2010).

Por sua vez, evidenciam-se nos dados as formas de manipulação por meio das mídias e meios de comunicação. Para Vivian (21 anos, Pedagogia), a universidade proporcionou mudanças em sua forma de ver “as questões políticas, sociais, a realidade de outras culturas, a verdade por trás da mídia, meios de comunicação, formas de manipulação da sociedade por esses meios, além dos políticos e religiosos”. Pedro (26 anos, História), nessa mesma direção, considera que a “sociedade é muito influenciada pelos meios de comunicação, não conseguindo pensar por si mesma”.

De acordo com Lacerda e Gama (2010), estamos inseridos em uma sociedade na qual a informação ocupa a centralidade, e o modo pelo qual tal

informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida se modificou com o advento das novas tecnologias desde o início do século XX. Ainda segundo os autores, quando se pensa na relação dos jovens com as redes sociais, coloca-se em questão a efemeridade e descartabilidade dos vínculos construídos via internet/redes sociais. Por sua vez, os autores demonstram nos resultados de suas pesquisas uma nova perspectiva sobre as formas de interação entre estes(as) jovens ao identificar que a maioria utiliza as redes sociais preferencialmente para se comunicarem com amigos que já haviam feito em outros espaços anteriormente e, as redes sociais, acabaram sendo percebidas por aqueles(as) participantes como espaço de construção, reencontro e fortalecimento de amizades.

Por fim, sobre a temática do sistema e sociedade, também identificamos respostas relacionadas às contribuições do curso de graduação no olhar para a situação de vulnerabilidade social, sobre as pessoas e a organização social, questões acerca das quais os(as) participantes percebem, muitas vezes, como problemas vinculados à má gestão pública/governabilidade e que precisam ser mudados. Nesse sentido, Carolina (29 anos, Pedagogia) considera ser “necessário um olhar mais profundo para a camada social menos favorecida”. A melhor compreensão do mundo, da sociedade, das relações de poder, das desigualdades e injustiças, proporcionada pelo ambiente universitário e, principalmente, pelos conhecimentos do curso escolhido, é o que chama a atenção neste momento: nesta direção, Aghata declara que “o curso modificou meu modo de agir de pensar e de entender a sociedade, com o auxílio da dialética pude perceber as relações de poder e também e conseqüentemente compreender tanta desigualdade” (23 anos, Pedagogia). Nesta mesma perspectiva de mudança ou melhor compreensão, Pablo (28 anos, Geografia) afirma que o curso “ajudou a compreender a forma que a sociedade vive devido a sua cultura”. Já para Eloá (22 anos, Pedagogia), o curso proporcionou “conhecimentos sobre o mundo, saber lidar com as pessoas, formação crítica”.

De acordo com Oliveira e Panasiewicz (2014), o ingresso em uma universidade marca um momento relevante na biografia do indivíduo. O ambiente familiar, vivido em geral até o fim da adolescência, é confrontado com uma nova realidade de mundo proporcionada pelo ambiente universitário. Tal contato põe em questão antigos esquemas de pensamento, valores e comportamentos adquiridos no seio da vida familiar. Sendo assim, é possível compreender que tal mudança

provoque transformações também nas concepções políticas, religiosas, econômicas, sociais e culturais dos(as) jovens que passam a vivenciar o ambiente universitário.

O papel do conhecimento científico

Neste eixo temático, trazemos as compreensões acerca da dimensão política que, de alguma forma, atribuem importância para a educação e para a ciência. Nesse sentido, damos destaque às respostas dos estudantes acerca das contribuições que a trajetória no curso de graduação trouxe para sua compreensão acerca da política e das formas de participação. É possível perceber que os(as) participantes expressam que as aprendizagens do curso proporcionaram posicionamentos mais questionadores, em que o pensamento crítico parece trazer mais dúvidas ou problematizações do que certezas e conclusões, como, por exemplo, na fala da participante que procura entender “o que se passa no meu país antes de julgar o que é apresentado na mídia” (Marcela, 21 anos, História). Vanessa (21 anos, Pedagogia), por sua vez, procura pensar as questões do país “de forma crítica e questionadora”. Já Alice (22 anos, História), entende que diante “dos vários debates, podemos compreender melhor a distinguir cada coisa: a democracia, o governo, a política, ou seja, o que é o sistema e quem faz parte dele”.

Desse modo, o conhecimento proporcionado pelo curso de graduação merece destaque, principalmente porque as compreensões dos(as) participantes apontam para um maior esclarecimento advindo do ambiente universitário. Tal entendimento é reforçado pelos dados quantitativos do survey, a partir dos quais se verifica que 36 (76,59%) dos participantes concordam que o curso escolhido serviu para mudar suas concepções políticas. Ainda, quando perguntados sobre o nível de confiança na universidade, os(as) participantes que consideram alta e muito alta atinge 63,82%.

Neste sentido, é válido refletir sobre a constituição de um ideal de ciência e universidade no Brasil, no contexto latino-americano, reconhecendo que as dinâmicas sociais e institucionais se dão em uma configuração específica, marcada por discrepâncias e inconstâncias. A formação dos estados nacionais latino-americanos no século XIX, por exemplo, vem acompanhada de um ideal moderno estabelecido na Europa, em que se apresenta uma nova configuração estrutural das sociedades ocidentais. A educação, neste processo, tem papel fundamental, com a responsabilidade de difundir uma cultura homogênea e de base eurocêntrica

(CANDAU; RUSSO, 2010). Por sua vez, isso só é possível uma vez que o princípio de modernidade supôs o desenvolvimento e valorização do pensamento científico, apregoado nas instituições de ensino superior, que se caracteriza por um novo pensar, o “pensar racionalmente”, advindo das ideias iluministas que consistem em criticar, duvidar e permitir que a razão tudo permeie (FALCON, 1994). De acordo com Trindade (2000), além do desenvolvimento científico, as universidades irão se formar pelo impulso dos Estados Nacionais, em que se caminha para um modelo estatal e o fim do monopólio corporativo de professores. No caso brasileiro, o autor aponta que a concepção de universidade adotada pelo país no século XIX, e por outros países latino-americanos, é o francês, concebida de modo subordinado ao Estado, o que fazia da educação um monopólio estatal.

Assim, em um movimento que, de certa forma, expressa essa dinâmica, o conhecimento científico é apresentado pelos(as) participantes como um divisor de águas entre o que seria o senso comum e o que é a ciência, à qual os estudantes só puderam ter acesso por meio do ingresso na universidade. Tal compreensão pode ser verificada nos trechos a seguir:

O curso me abriu os olhos, com ele pude ver tudo de maneira diferente, e sei que não conseguiria isso sem o mesmo (Vitor, 20 anos, Geografia).

Contribuiu para eu ver a sociedade de uma forma crítica da realidade existente, desmistificando a visão romantizada que a maioria da população tem (Vanessa, 21 anos, Pedagogia).

Contribui para ampliar o conhecimento que se obtinha antes, saindo do senso comum passando para o conhecimento científico (Alexandre, 20 anos, Geografia).

Certamente, a formação em nível superior pode promover um pensamento crítico e analítico, que permite aos sujeitos questionar as mensagens políticas, sociais, culturais e morais recebidas, passando, a partir de então, a serem capazes de exercer uma intervenção política refletida. Ainda que suas ações possam ser limitadas por condicionantes estruturais, os(as) jovens têm a possibilidade de agir a partir de sua interpretação do contexto que o cerca (ALONSO, 2004). As universidades, dessa forma, podem exercer uma posição ativa, e devem formar sujeitos capazes de questionar a realidade, que atuem na transformação do mundo (ALBURQUERQUE, 2007).

Por fim, o último aspecto que remete ao conhecimento proporcionado pela universidade refere-se à “Docência”, isto é, o exercício de suas profissões, visto que se trata de jovens licenciandos(as). É importante perceber como estes(as) participantes direcionam o aprendizado obtido na esfera acadêmica para o campo exterior, a sociedade, bem como percebem a importância de seus usos para o meio social, entendendo, por exemplo, as contribuições do curso “na maneira de entender o desenvolvimento da criança e poder fazer a diferença com métodos que realmente contribuam para o processo de ensino e aprendizagem de cada um, levando em consideração suas individualidades” (Lívia, 20 anos, Pedagogia). Para Ana (20 anos, Pedagogia), a “teoria vista no curso é completa; nos dá uma boa base para a nossa prática em sala de aula, e também para a vida em sociedade”. Vale ressaltar que a preocupação destes(as) jovens com a qualidade de sua formação e de seu desempenho profissional no futuro pode ser associado aos acontecimentos que abalavam o Estado do Paraná no período em que aplicamos o questionário e, como mencionamos acima, movimentou os jovens do país inteiro, não só nas universidades como também nas escolas estaduais de nível fundamental e médio. Estas agitações podem ter intensificado os questionamentos e reflexões, no caso dos(as) jovens universitários, voltando-se para a prática de ensino e aprendizagem à qual as licenciaturas de modo geral devem se preocupar, além das dinâmicas estruturais, sociais, econômicas que envolvem o contexto escolar.

Formação humana e alteridade

Ao analisar as representações dos jovens acerca da dimensão política, o último eixo temático que destacamos refere-se à forma como os jovens compreendem as ações humanas, os valores e a formação balizadas por questões sobre alteridade e individualidade.

Diante disso, um primeiro aspecto a ser observado é o modo como os jovens compreendem as influências das ações das pessoas no cenário político brasileiro. Nesse sentido, a maior ênfase recai sobre os atos de corrupção, entendidos como reflexo de um comportamento individualista exercido pelos políticos brasileiros, que é percebido e repudiado pelos(as) participantes, como Débora (23 anos, Pedagogia), a qual menciona que “acabaria com os políticos corruptos”. Luana (20 anos, Pedagogia), por sua vez, formularia “medidas que visassem acabar com a corrupção, trazendo punições mais severas e que realmente se aplicassem. Com o

intuito de constituir uma nação menos corrupta que investisse mais em políticas públicas e melhorias de qualidade de vida para os cidadãos”. Sofia (20 anos, Pedagogia) entende que a “política é uma coisa muito suja, onde muitos ingressam nela apenas com o objetivo de roubar ou de ganhar mais dinheiro, e dificilmente ingressam para buscar melhorias para as pessoas”.

A associação política-corrupção parece intensificada pela conjuntura social e política que passava o Brasil no período em que aplicamos o questionário, segundo semestre de 2016. Um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil, que deflagrou a operação Lava Jato, comandada pela Polícia Federal, estava tramitando pelos tribunais e colocando em cheque boa parte da classe política brasileira. Esta dinâmica entre política e corrupção, como podemos verificar, tem reflexos evidentes nas respostas dos participantes, principalmente no que se refere à corrupção.

Além disso, a insatisfação manifestada gera também a necessidade de mudanças, não apenas na conduta da classe política, mas também das pessoas em geral. Os trechos a seguir ilustram essa forma de pensar dos jovens:

Acabaria com a avareza e guerra pelo poder, pobreza, fome, desigualdades, preconceitos, por meio de políticas públicas, trazendo paz, amor e um pouco de consciência para essa nação (Vanessa, 21 anos, Pedagogia).

Acabaria com as guerras, com a fome e com a maldade que está presente no coração das pessoas (Augusto, 20 anos, História).

Mudaria os governantes, colocaria alguém que se importasse com os outros (Madalena, 22 anos, Pedagogia).

Os(as) participantes também demonstram insatisfação com o comportamento das pessoas, os valores e o individualismo, que parece estar associado a uma suposta perda de valores. Catarina (21 anos, Pedagogia) menciona que os valores e a formação humana parecem estar se dissolvendo, principalmente por conta das novas tecnologias e meios de comunicação que poderiam estar diluindo as relações sociais e a transmissão de antigos valores. Em suas palavras: “os valores estão se perdendo e deixando de serem repassados devido a forte influência das mídias e das novas tecnologias”. Para Aline (22 anos, Pedagogia), os “valores são essenciais e estão se perdendo. Acredito que é por meio da formação das crianças e jovens que haverá mudanças significativas em nosso país e no mundo”. Neste caso, o individualismo e a influência da sociedade no comportamento das pessoas parecem ser reflexos, talvez negativos, desta nova configuração das relações sociais, em que

“a maioria das pessoas apenas pensam em dinheiro, e não se importam com as outras pessoas. Fazem qualquer coisa para conseguir o que querem” (Sofia, 20 anos, Pedagogia).

Por outro lado, por diversos momentos, os jovens manifestam que o curso de graduação vem proporcionando a possibilidade de se colocar no lugar do outro, de reconhecer o outro e de respeitar o diferente. É o que demonstra a compreensão de Matheus, para o qual o curso “possibilitou não julgar as pessoas de forma superficial, procurando antes entender e respeitar a forma em que cada um se faz” (21 anos, História). Segundo Alexandre (20 anos, Geografia) “com o conhecimento adquirido ficou mais fácil observar os valores que existem nas pessoas e nos objetos ao redor, tendo cada um uma formação humana diferente, resultando em diversas culturas espalhadas pelo mundo”. Por sua vez, Beatriz (22 anos, Pedagogia) entende que “todo ser precisa de ter uma formação e seu valor respeitado”.

Além disso, nota-se que os(as) participantes parecem pensar criticamente o processo de formação das pessoas, buscando entender outros fatores que podem influenciar em suas concepções e, principalmente, a intelectualidade e a universidade são reforçadas em seus discursos como os meios seguros de se entender “a realidade como ela realmente é” (Aghata, 23 anos, Pedagogia). Além disso, a própria formação humana é percebida como um conjunto de valores historicamente construídos e que “toma forma com o amadurecimento intelectual e social” (Pedro, 26 anos, História).

Ainda, a alteridade é um dos eixos identificados: os(as) participantes demonstram a importância de se reconhecer a existência do outro, respeitando as diferenças, reconhecendo que há em “cada um uma formação humana diferente, resultando em diversas culturas espalhadas pelo mundo” (Alexandre, 20 anos, Geografia), e a importância de “a sociedade desfrutar mais de seus direitos” (Carolina, 29 anos, Pedagogia).

Neste sentido, pensar a garantia de direitos em uma sociedade que precisa lidar com enormes diferenças e, principalmente, com a liberdade individual pregada pelo ideal da modernidade, é um enorme desafio. De acordo com Stuart Hall, a sociedade não é um todo homogêneo, como pensaram alguns sociólogos, mas, sobretudo na chamada modernidade tardia, são caracterizadas pela diferença e, principalmente, pela capacidade de articularem tais diferenças em determinadas circunstâncias (HALL, 2006). Desse modo, o respeito à diversidade que estes(as)

jovens declaram em suas falas pode estar relacionado a esta nova forma de conceber as relações sociais, que não busca homogeneizar os indivíduos, mas tentar manter a individualidade e as diferenças em articulação com uma identidade social. Isto, em um contexto latino-americano, significa pensar a construção de estados que não só reconheçam as diferenças e pluralidades culturais, mas que, além disso, incorporem a possibilidade de estados pluriétnicos, plurilinguísticos, e que reconheçam a importância da articulação entre vários saberes seja capaz de construir uma ética plural e justa capaz de se articular (CANDAU; RUSSO, 2010; BENNO; SANDER, 2008).

Considerações finais

A juventude, apesar de muitas vezes ser tomada como o foco para as transformações sociais, apresenta-se como uma categoria complexa, plural e dinâmica, onde a inovação, a rebeldia ou a passividade não são necessariamente traços específicos dessa fase da vida, mas possibilidades de vivenciá-la. Não se trata, portanto, de uma juventude unitária ou universal, mas de “juventudes”, que vivem em contextos, tempos, espaços, culturas e sociedades diferentes e que apresentam diferenças entre si.

A partir da análise de dados coletados junto à jovens estudantes universitários da Unespar, percebemos que as movimentações políticas, acentuadas nos anos de 2016 e 2017, foram cenário de profundas perspectivas teóricas e analíticas para o campo das juventudes, tendo este grupo se posicionado das mais variadas formas, e nos mais diferentes contextos, questionando e provocando reflexões acerca do sistema social brasileiro. E como não se trata somente de inovação, para parte dessa juventude, a experiência vivida intensamente com as ocupações e as manifestações também possibilitou que antigos esquemas de pensamentos fossem mais uma vez validados.

Os eixos de análise construídos em nossa investigação possibilitam um olhar para as representações políticas dos(as) participantes, sugerindo que, diferentemente do que afirmam algumas leituras e imagens sobre a juventude, os(as) jovens pesquisados mostram-se atentos aos acontecimentos políticos e sociais, além de reflexivos e analíticos sobre os fatos. Esse aspecto fica evidenciado na análise da primeira temática – Sociedade e sistema de governo –, em que os(as)

graduandos(as) manifestam fortemente seu descontentamento com o cenário político atual que proporcionou questionamentos e percepções que, por sua vez, foram, por eles(as), sentidos de diversas maneiras. Há, ainda, um forte questionamento dos(as) jovens em relação à política, já que percebem as desigualdades e injustiças e parecem preocupados em pensar soluções para os problemas sociais por meio de políticas públicas e do debate político, elegendo os candidatos e encontrando maneiras institucionais eficazes de fazerem suas vozes serem ouvidas.

Por outro lado, se estes questionamentos acerca da política são feitos pelos(as) pesquisados(as), isto só é possível, segundo apontam os estudantes, por meio do contato com o discurso científico apreendido na universidade. É possível perceber uma forte polarização, por parte dos(as) jovens, entre aquilo que é científico e que é do senso-comum. A universidade, nesse processo, aparece como aquela que detém este conhecimento científico, e é percebida como capaz de transformar a concepção política dos(as) jovens, ou pelo menos de grande parte deles(as). Tais mudanças não são vistas de forma negativa, afinal eles(as) entendem como um esclarecimento de suas formas de compreender o mundo. No entanto, ainda que seja esta a percepção dos(as) participantes da pesquisa, entendemos que o senso comum não está em oposição à ciência, sendo importante perceber a complementariedade entre senso comum e conhecimento científico, isto é, o conhecimento do cotidiano deve fazer parte do conhecimento científico e do que é trabalhado pela universidade, do mesmo modo que o objetivo do conhecimento científico deve ser o de se transformar em senso comum, fazendo parte do cotidiano das pessoas.

Por fim, as compreensões juvenis também remetem a pensar o eixo da formação humana, influenciada e constituída nas/pelas situações de desigualdade, por exemplo. Observamos que o processo de formação humana é também visto pelos jovens como desigual, na medida em que nem todos têm acesso às mesmas oportunidades de formação pessoal, seja de estrutura familiar e de convívio pessoal, seja de acesso a informação, educação, cultura e outros recursos. Seria este um fator que contribui para a despolitização, e que permite a presença de maiores escândalos de corrupção e, principalmente, de políticos que são extremamente criticados pelos(as) jovens nesta categoria? É neste sentido que a individualidade acentua tais problemáticas, gerando uma espécie de mal-estar social provocado

pela constante ideia de que “a maioria das pessoas apenas pensam em dinheiro, e não se importa com as outras pessoas. Fazem qualquer coisa para conseguir o que querem” (Sofia, 20 anos, Pedagogia).

Diante do exposto, é importante ressaltar que se trata de uma juventude diversa, imbuída de diversos discursos, por meio dos quais constroem suas próprias explicações para as problemáticas do seu cotidiano. É também a partir de seus diferentes repertórios que formam suas identidades, direcionam suas escolhas e definem seus posicionamentos políticos. Por isso mesmo, ao tratarmos da juventude enquanto uma categoria científica, é importante refletirmos por meio de uma perspectiva de complexidade, capaz de compreender as diferentes dinâmicas que envolvem estes(as) jovens.

NOTAS

* Laiza Suelen Barroso Campos é bolsista PIBIC/CNPq, graduanda em História pela Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. E-mail: laizacamposhistoria@outlook.com

** Cristina Satiê de Oliveira Pátaro é docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (Unespar). Doutora em Educação (USP). E-mail: cristina.pataro@unespar.edu.br

*** Frank Antonio Mezzomo é docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (Unespar). Doutor em História (UFSC). E-mail: frankmezzomo@gmail.com

¹ A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) é constituída por 7 câmpus localizados nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranaíba e União da Vitória, abrangendo cinco diferentes mesorregiões do Paraná.

² Vale ressaltar que esta investigação faz parte de uma pesquisa maior que vem sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder desde 2013 e que conta com a participação de estudantes de iniciação científica e do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da instituição supracitada (PPGSeD/Unespar).

³ Deste modo, ainda que, empiricamente, nosso recorte atenda ao critério definido pelo Estatuto da Juventude, que delimita a juventude pelo recorte etário de 15 a 29 anos, é necessário ter em vista que este grupo não pode ser definido a partir apenas de critérios biológicos ou vinculados à idade, sendo o contexto social, econômico, familiar, político, entre outros, elementos que precisam ser considerados nessa discussão.

⁴ O questionário foi aplicado aos Câmpus de Paranaíba, Apucarana, Paranaguá, União da Vitória e Campo Mourão aos cursos de licenciatura. Para o presente trabalho, analisaremos os dados relativos aos cursos de Pedagogia, Geografia e História do Câmpus de Campo Mourão. Não obstante, outras investigações estão sendo desenvolvidas concernentes aos outros câmpus da Unespar.

⁵ As perguntas aqui analisadas são: “Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa no seu país, o que faria?”; “Considerando sua trajetória no Curso de Graduação realizado até hoje, que mudanças você considera que houve em sua forma de compreender: a) A sociedade e as pessoas; b) A política e as formas de participação; c) Os valores e a formação humana” e “Outros aspectos que você gostaria de acrescentar acerca das contribuições do Curso na sua formação”.

⁶ Os nomes utilizados para designar os/as participantes são fictícios, com o intuito de manter o sigilo de suas identidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, Juventudes: Pelos outros e por elas mesmas. In. ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco, 2007, p. 19-55.

ALONSO, Osvaldo. La lógica de los actores y el desarrollo local. **Pilquen**, Pcia. Río Negro, n. 6, p. 50-65, ene./dic. 2004.

ALBURQUERQUE, Francisco. Teoría y práctica del enfoque del desarrollo local. **Observatorio Iberoamericano del desarrollo local y la economía social**, Espanha, n. 0, p. 39-61, 2007.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.

CANAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CASTRO, Lucia Rabello de. Reflexões sobre Juventude Brasileira e Engajamento Político Social. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 11-19, jan./jun. 2015. Entrevista concedida a Thaís Serafim e Lara Grigoletto Bonini.

CASTRO, Lucia Rabello de. Jovens na Política: tensões e paradoxos no contemporâneo. MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André (Orgs.). **Religião, Cultura e espaço público**. São Paulo: Olho D'água, Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 97-121.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: Considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100, jan./jun. 2012.

CEVI, Emerson Urizzi; COSTA, Lucia Cortes da; MANDALAZZO, Silvana Souza Netto. Democracia e proteção social: possibilidades e contradições no Mercosul. In. DANUTA, E. Cantoia Luiz (Orgs.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 205-331.

CORROCHANO, Maria Carla. “Estudantes querem política nas escolas e estão dizendo isso”, diz professora. **Nexo Jornal**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2016/11/03/%E2%80%98Estudantes-querem-pol%C3%ADtica-na-escola-e-est%C3%A3o-dizendo-isso-claramente%E2%80%99-diz-professora>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. **Jovens religiosos e o catolicismo**: escolhas, desafios e subjetividades. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

LEITE, Ana Maria Alexandre; NUNES, Maria Fernanda Rezende. ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Unesco, 2007, p. 197-227.

MACHADO, Antônio Pedro. **Impeachment no presidencialismo de coalisão**: estudo de caso do afastamento da Presidenta da República Dilma Rousseff. Escola de Direito de Brasília, Brasília, 2016.

MATOS, Amanda Rocha; MESQUITA, Marcos Ribeiro. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 478-480, jul./dez. 2013.

MAYORGA, Cláudia. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, 2017. Entrevista concedida a Ada Otoni Ferreira Fontanella e Laiza Suelen Barroso Campos.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 343-350, abr./jun. 2013.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevêdo. **Jornadas de junho**: percursos e leituras. Campina Grande: Udepb, 2013, p. 13-22.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de; PANASIEWICZ, Roberlei. Tendências religiosas entre a população universitária: um estudo de caso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 1160-1186, out./dez. 2014.

PERONDI, Maurício. O Outono Brasileiro: a participação de jovens nas manifestações populares de 2013. Costa Rica. **XXX ALAS** – Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2015.

SANDER, Benno. Educação na América Latina: Identidade e Globalização. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

TRINDADE, Hélijo. Saber e poder: os dilemas da universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.

Recebido em: setembro de 2017.

Aprovado em: abril de 2018.